

de Figueiredo, no cargo de conselheiro técnico, para a área Jurídica, na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 8.º do referido Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao referido despacho, que produz efeitos a 1 de setembro de 2018.

14 de maio de 2018. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

ANEXO

Nota curricular

Nome: Miguel Freire de Figueiredo
Data de Nascimento/Naturalidade: 20 de março de 1975, em Lisboa.
Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa (1993/1998);
Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2002/2003).
Desde 2015, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos e Aplicação do Direito da União Europeia, integrada na Direção de Serviços de Assuntos Jurídicos da Direção-Geral dos Assuntos Europeus;
2001/2015, técnico superior no Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP.

Experiência profissional:

Coordenação dos procedimentos de pré-contencioso relacionados com a aplicação do direito da União Europeia;

Coordenação da participação nacional junto do Tribunal de Justiça da União Europeia, incluindo a representação da República Portuguesa e participação nas audiências do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral;

Apoio jurídico a diversos processos negociais em curso nas várias áreas da participação de Portugal na União Europeia;

Negociação de atos legislativos da UE e a participação em reuniões de coordenação e de negociação com os ministérios e a Comissão Europeia no âmbito de procedimentos de infração, de reuniões paquet setoriais e reuniões técnicas com a DG AGRI, no âmbito dos sistemas de apoio dos fundos estruturais, nomeadamente FEAGA e FEADER.;

311348687

Despacho (extrato) n.º 5046/2018

Considerando que, na sequência do procedimento concursal n.º 98_CRESAP_28_03/13, publicado pelo Aviso n.º 3821/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 14 de março, e nos termos do Despacho n.º 6894/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 28 de maio, a técnica superior Maria José Mesquita Lopes Carujo foi designada em comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, para exercer o cargo de Subdiretora-Geral da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com efeitos a 16 de maio de 2013;

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 12 do artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a comissão de serviço num cargo de direção superior é renovável, por igual período, sem necessidade de recurso a procedimento concursal, estando a mesma dependente dos resultados evidenciados no respetivo exercício;

Considerando as qualidades, competências e o desempenho da atual titular do cargo de Subdiretora-Geral da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros e os resultados por si obtidos no período em análise;

Verificam-se preenchidos os pressupostos legais para renovação da respetiva comissão de serviço.

Assim:

1 — Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 11 de maio de 2018, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, foi determinada a renovação da comissão de serviço da técnica superior Maria José Mesquita Lopes Carujo, por um período de cinco anos, no cargo de Subdiretora-Geral da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao referido despacho, que produz efeitos a partir de 16 de maio de 2018.

14 de maio de 2018. — O Diretor do Departamento Geral de Administração, *Pedro Sousa e Abreu*.

ANEXO

Nota curricular

Dados biográficos:

Nome: Maria José Mesquita Lopes Carujo

Data de Nascimento/ Naturalidade: 28 de fevereiro de 1961, em Lisboa

Habilitações académicas: Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Experiência profissional:

1 de abril de 1987 — ingresso no Quadro de Pessoal da Direção Regional de Turismo da Secretaria Regional dos Transportes e Turismo dos Açores na carreira técnica superior;

Maio de 1990 — Diretora de Serviços de Planeamento, Equipamento e Atividades Turísticas da Direção Regional de Turismo da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente dos Açores;

Outubro de 1994 — Chefe de Divisão de Planeamento da Direção de Serviços de Planeamento e Apoio Comercial da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Dezembro de 1997 — Chefe de Divisão de Postos Consulares da Direção de Serviços de Administração Consular da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Novembro de 2003 — Diretora de Serviços de Administração Consular da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Outubro de 2006 — No Gabinete de Apoio ao Diretor-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, como técnica superior;

Abril de 2010 — No Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas como assessora técnica;

Junho de 2011 — No Gabinete de Apoio ao Diretor-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, como técnica superior;

Desde fevereiro de 2013 — Subdiretora-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas;

Louvor n.º 150/2005 do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas;

Louvor n.º 719/2011 do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

311348638

FINANÇAS

Gabinete do Secretário de Estado do Orçamento

Despacho n.º 5047/2018

Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º conjugado com a alínea a) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro:

1 — Exonerar, a seu pedido, a licenciada Kátia Ruth Rodrigues e Aragão Ferreira das funções de Técnica Especialista do meu Gabinete, para as quais havia sido designada pelo Despacho n.º 10613/2017, de 16 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 6 de dezembro de 2017.

2 — O presente despacho produz efeitos a 25 de abril de 2018.

10 de maio de 2018. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*.

311342895

Louvor n.º 213/2018

Louvo a licenciada Kátia Ruth Rodrigues e Aragão Ferreira pela forma exemplar como desempenhou as suas funções de Técnica Especialista ao serviço do meu Gabinete. No desempenho das tarefas que lhe foram confiadas demonstrou possuir extraordinárias qualidades profissionais e humanas, de que relevo o seu profundo domínio e conhecimento na área jurídico-orçamental, a competência e o rigor profissional, a lealdade e responsabilidade, o espírito de missão e a sua permanente disponibilidade e inextinguível dedicação. Revelou-se, pois, merecedora do maior respeito e confiança, granjeando a estima de todos com quem